

12/02  
d.

**ATA DA DÉCIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA  
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOGADOURO**

Mês de fevereiro de 2020

**12<sup>a</sup>**

Aos vinte e um dias do mês de fevereiro do ano dois mil e vinte, reuniu a Assembleia Municipal de Mogadouro, pelas nove horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Município, sob a presidência do excelentíssimo senhor presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Jorge José Martins Dias e das excelentíssimas senhoras secretárias, Anabela Mendes Pereira, primeira secretária e Carla Alexandra Reis Lousão, segunda secretária. -----

----- Aberta a sessão pelo senhor presidente da Assembleia, procedeu-se à chamada. Verificou-se a existência de quórum para dar início aos trabalhos, estando presentes trinta e nove membros municipais, dos quarenta e três que constituem este órgão, assim relacionados: -----

----- Jorge José Martins Dias, Ilídio Granjo Vaz, Manuel Luís Varandas, Manuel António Preto, Anabela Mendes Pereira, Sandra Cristina Mendo Moura, António de Jesus Cordeiro, Carla Alexandra Reis Lousão, António Acácio Gonçalves Baptista Cordeiro, Cândido Francisco Fernandes, Altino dos Anjos Aleixo, Maria Teresa Afonso Pimentel Vilariça, Corina Lopes Falcão Xavier, Alfredo Justino Ribeiro, Luís José Pinto Lopes, José Luís Felgueiras, Belmiro Joaquim Mendes Ferreira, Amélia Maria Pereira Miguel Machado, Maria Eugénia Batista Cabanal, José Francisco Bento Sanches Branco, Alberto Oliveira da Costa, António Amálio Oliveira, Pedro Manuel Folhento Bento Pires, João de Deus Possacos, José Francisco Marcos Carrasco, Silvina Nogueira Nunes Pereira, José António Freitas, Ricardo Herculano Martins Major, Luís Pedro Martins Lopes Eliana Isabel Pereira Magalhães, Rui Manuel Pimentel Fernandes, Agostinho Joaquim Fernandes, Maria José Ramos Fernandes, António José Marcos, Américo Rodrigues, José Pedro Ovelheiro Amaro, António Manuel Silva Frade e Nelson Fernando Lousas Rodrigues Sousa.-----

----- De registar as faltas de comparência à presente sessão dos seguintes membros municipais:-----

----- Rute Solange Quitério Rainha Pacheco, apresentou, por correio eletrónico, com data de dezassete de fevereiro corrente, comunicação de que não poderia comparecer, por motivos de saúde. A Mesa considerou a falta justificada.-----

*Handwritten signature and initials in blue ink.*

----- Amélia Maria Pereira Miguel Machado, solicitou à mesa autorização para sair da sessão mais cedo para estar presente no velório de um familiar. A Mesa deu autorização para sair da sessão.-----

----- Carlos Alberto Telo Figueira, presidente da Junta de Freguesia de Meirinhos, comunicou, por escrito, com data de vinte e oito de fevereiro, que não esteve presente, por motivos de saúde. A Mesa considerou a falta justificada.-----

----- Francisco José Telo Afonso, presidente da Junta de Freguesia de Paradela, comunicou via correio eletrónico, com data de dezassete de fevereiro corrente, que não poderia estar presente, por motivos de ordem profissional, indicando para o substituir o tesoureiro, Ricardo Herculano Martins Major. A Mesa considerou a falta justificada.-----

----- José António Patrão, presidente da Junta de Freguesia de Penas Roias, comunicou, por escrito, com data de vinte e oito de fevereiro, que não esteve presente, por motivos de trabalho de última hora. A Mesa considerou a falta justificada.-----

----- Amílcar André Machado, presidente da Junta de Freguesia de Vila de Ala, comunicou via correio eletrónico, datado de vinte de fevereiro corrente, de que não iria comparecer devido ao falecimento de um familiar. A Mesa considerou a falta justificada.-----

----- Manuel dos Anjos Garcia, presidente da Junta de Freguesia de Vilarinho dos Galegos, comunicou via correio eletrónico, com data de vinte de fevereiro corrente, que não poderia estar presente, por motivos de ordem profissional, indicando para o substituir o tesoureiro, Nelson Fernando Lousas Rodrigues Sousa. A Mesa considerou a falta justificada.-----

----- De seguida, o senhor presidente da Assembleia Municipal prosseguiu com os trabalhos constantes na seguinte ordem do dia: -----

## **ORDEM DO DIA**

### **1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:**

**1.1 ATA DA 11.ª SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE DEZEMBRO DE 2019 – Apreciação e deliberação.**-----

**1.2 APROVAÇÃO DE VOTO DE PESAR – Apreciação e deliberação.**-----

**1.3 INFORMAÇÃO DA CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA E EXPEDIDA.**-----

**1.4 PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO – Não houve intervenção do público.**-----

**1.5 TRATAMENTO DE ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO.**-----

### **2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA:**

**2.1 APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DO**

*Handwritten signature*

- MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO (AL. C) DO N.º 2 DO ARTIGO 25.º E N.º 4 DO ARTIGO 35.º, ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO – Apreciação.-
- 2.2 CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO CONSULTIVA DA PRIMEIRA REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE MOGADOURO. DESIGNAÇÃO DE UM REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – Apreciação e deliberação.-----
- 2.3 DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA – APRESENTAÇÃO DA MINUTA DO CÓDIGO DE CONDUTA – Conhecimento.-----
- 2.4 MAPA DE APOIO À CRIAÇÃO DE EMPREGO – Conhecimento.-----
- 2.5 MAPA DO SERVIÇO PRESTADO PELAS MÁQUINAS NAS FREGUESIAS – Conhecimento.-----
- 2.6 COMPROMISSOS PLURIANUAIS – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS – AM 1 – 2020 – Conhecimento.-----
- 2.7 DIVISÃO DE CONTRATUALIZAÇÃO, INFORMÁTICA E PATRIMÓNIO – INFORMAÇÃO SOBRE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO LEGAL DE CONTAS: - PROCEDIMENTO E NOMEAÇÃO DA AUDITORA EXTERNA RESPONSÁVEL PELA CERTIFICAÇÃO DAS CONTAS LEVADO A EFEITO PELA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO DOURO SUPERIOR E FINS ESPECÍFICOS – Apreciação e deliberação.-----
- 3 OUTROS ASSUNTOS.-----

.....

### **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

----- No início da sessão, o senhor presidente solicitou autorização à Assembleia para incluir na ordem do dia um novo ponto, de acordo com o preceituado no artigo 77.º, n.º1, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, intitulado de “ PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO LEGAL DE CONTAS: - PROCEDIMENTO E NOMEAÇÃO DA AUDITORIA EXTERNA RESPONSÁVEL PELA CERTIFICAÇÃO DAS CONTAS LEVADO A EFEITO PELA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO DOURO SUPERIOR E FINS ESPECÍFICOS”, conforme a documentação que foi distribuída no início da sessão por todos os membros e aprovada por unanimidade em executivo na reunião do dia dezanove do corrente mês.-----

----- O senhor presidente propôs que se criasse um novo ponto (2.7) na ordem do dia.-----

----- A Coligação TODOS POR MOGADOURO, apresentou à mesa um voto de pesar, pelo falecimento do antigo presidente de junta de freguesia de Paradela, senhor Acácio Alfredo Batista Cordeiro.-----

*Justiça*  
*JK*

----- A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a inclusão de ambos os assuntos.-----

.....

## **1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

----- **1.1 ATA DA 11.ª SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE DEZEMBRO DE 2019 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO:** - A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata da décima primeira sessão ordinária, realizada no dia vinte de dezembro do ano de dois mil e dezanove. -----

----- Não participaram na votação desta ata, dois membros desta Assembleia Municipal que não estiveram presentes na referida sessão, em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo.-----

----- **1.2 APROVAÇÃO DE VOTO DE PESAR:** Por proposta da Coligação TODOS POR MOGADOURO, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o voto de pesar: pelo falecimento do antigo presidente de junta de freguesia de Paradela, Acácio Alfredo Batista Cordeiro.-----

----- **1.3 INFORMAÇÃO DA CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA E EXPEDIDA:** - Nos termos do disposto na alínea m) do n.º 1 do artigo 29.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia tomou conhecimento do expediente relativo aos assuntos relevantes tratados pela Assembleia desde a última sessão até ao dia quatro de fevereiro de dois mil e vinte.-----

----- **1.4 PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** - Não houve público presente para intervir.-----

----- **1.5 TRATAMENTO DE ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO:** - Inscreveram-se para usar a palavra os seguintes membros municipais: Ilídio Granjo Vaz; José Francisco Bento Sanches Branco; Alfredo Justino Ribeiro; Manuel Luís Varandas; José Francisco Bento Sanches Branco; Carla Alexandra Reis Lousão; Agostinho Joaquim Fernandes; Maria José Ramos Fernandes; Maria Teresa Afonso Pimentel Vilariça.-----

----- **INTERVENÇÃO DO MEMBRO ILÍDIO GRANJO VAZ:** -----  
-----“Hoje temos uma ordem de trabalhos reduzida, queria apenas deixar duas notas de preocupação: uma delas comuniquei-a na conferência de

*Handwritten signature in blue ink.*

líderes, relacionada com a questão que vou aqui abordar, houve entendimento recolocá-la aqui, e é nessa medida que vou aqui apresentá-la.----- Tem a ver com algum incómodo que nos está a causar em relação à informação que o senhor presidente da Câmara nos referiu aqui, precisamente na sessão de dezembro, relativamente à cedência da sala para trabalho autárquico. Soubemos pelo senhor presidente da Câmara que já tinha sido disponibilizado um espaço, era aqui neste edifício da Câmara por cima da cantina. O que é certo, é que, até à data, ninguém nos notificou para nada, não sei se está pronta ou se não está, se existe vontade ou se não existe vontade, eu entendo que nem devia vir aqui, porque não é competência nossa, é sim competência nossa solicitá-la, mas tudo o resto não é nada connosco. Portanto, coloquei essa questão na conferência de líderes, o certo é que não sabemos o porquê desta morosidade toda. Questionei o senhor presidente da Assembleia, sobre quais os motivos desta morosidade, resposta foi rápida e perentória: “fale com o senhor presidente da Câmara, porque eu já fiz o que tinha a fazer”, e tenho a certeza absoluta que o concretizou. Embora estranhasse, retorqui que iria uma vez mais indagar o senhor presidente da Câmara, consciente de não ser o melhor caminho, porque continuo e continuo convictamente que esta tarefa, é uma tarefa que compete ao senhor presidente da Assembleia Municipal e tive ocasião de lho dizer. Enquanto presidente da mesa e com poderes que lhe foram confiáveis, quer na lei quer no regimento, que mais não são que defender com oportunidade e adequação as propostas sugeridas pelas conferências de líderes. Somos nós, que no fundo lideramos a representatividade partidária.----- Sabemos que a Assembleia Municipal é um órgão deliberativo, com competências definidas na lei e no regimento, e que compete ao senhor presidente assegurar o seu regular funcionamento e de representação.----- É igualmente relevante recordar que não foi o senhor Primeiro Ministro que se intrometeu nos assuntos internos da Assembleia da República, designadamente a instalação do grupo parlamentar, isto é um elemento comparativo, e acho que não deve ser o senhor presidente da Câmara a tratar do assunto mas sim o senhor presidente da Assembleia. Isto é um mero exemplo de comparação.----- Portanto não faz qualquer sentido eu ter de vir aqui novamente criticar sem ofender em torno de uma pequena questão que pode terminar com alguma desconsideração principalmente pelas bancadas que neste momento estão representadas na Assembleia Municipal. Por isso, aqui estamos numa tentativa derradeira, e pergunto ao senhor presidente da Câmara se existe ou não existe vontade política em assegurar condições de trabalho parlamentar, e quando digo parlamentar, é exclusivamente parlamentar com dignidade de expressão e respeito pelos eleitos locais. Não sou muito pessimista ao ponto de dizer que não acredito, eu não vejo as coisas nesse ângulo, quem é que está a mandar em quem, e assim termino com o seguinte desafio: caso

continuem a persistir em mais delongas, como as que ocorreram para a instalação da Wi-fi nesta sala, porque demorou dois anos, parece-me que saberá o desejo de transportar esta questão. Teremos que obrigatoriamente sintonizar-nos com a apologia do determinismo histórico, quando não se acredita, isto é, vai tudo para as calendas gregas, espero que não vá acontecer.-----

----- Uma segunda questão, aproveito para usar o meu tempo, a sugestão prende-se com a nossa perspectiva, ou, na minha, falo em nome pessoal, abusiva das lombas redutoras de velocidade. Isto é um assunto que tem a expressão que tem, tem o mérito que tem, há críticas, há louvores, há apoios, cada um é livre de determinar a sua crítica, qualquer das formas queria só ressaltar aqui dois ou três princípios. -----

----- Sabemos bem da sua utilidade quando se exige uma boa regulação de tráfego, que é essa a essência da colocação das lombas, nomeadamente quando esse tipo de tráfego é volumoso muito expressivo, que não é o caso de Mogadouro. Mogadouro a partir das seis da tarde não se vê ninguém, nem carros nem pessoas. Sabemos que tem vantagens, mas também inconveniente, mormente se não forem precedidos de planificações com critérios rigorosos ou com detalhes mais complementares, não discuto a técnica porque não sou técnico, simplesmente penso que devia ter sido feito um estudo mais criterioso, onde não houvesse tanta crítica relativamente a este tema. Alguns locais onde foram implementadas deixam muito a desejar, embora concorde com outros, onde a velocidade era uma constante do dia-a-dia. Recordo, e estou perfeitamente de acordo na Avenida do Sabor quebrar aquele impacto de respeito das passadeiras que estavam lá, alguns aceleras que andam por aí numa velocidade abrupta a pôr em causa a segurança das pessoas, nomeadamente na reta de Vale da Madre, por muito que nos custe, eu entendo que estão lá muito bem, agora existem outras que eu não vou especificar, salvo minha opinião, foi um desperdício de dinheiro com tanta estrutura lombar, pomos em causa a sua eficácia num concelho sem trânsito e sem pessoas.-----

----- Ora, também não obstante em alguns países já estão a ser retiradas, porque são as causas do aumento do carbono no pára-arranca, mas nós ainda não temos esse problema aqui, era só para deixar a minha crítica em relação ao tema.”-----

**----- INTERVENÇÃO DO MEMBRO JOSÉ FRANCISCO BENTO SANCHES BRANCO: -----**

-----“Pegando nas palavras do Ilídio, a questão das lombas. Senhor presidente, já foi falado aqui, são lombas em excesso, o custo é elevado, a obra não foi planeada porque vê-se neste momento que estão abrir mais rasgos junto às lombas para escoamento de água, isto devia ter sido feito antes. Queremos saber qual é o custo dessa obra adicional, os trabalhos a mais, agora vamos ver se são faturados nesta obra.-----

----- Outra situação, é fácil, é ir à internet e ver a legislação sobre as lombas, há distâncias mínimas para cumprir de rotundas e de cruzamentos que não estão a ser cumpridos. Só peço que daqui amanhã se houver algum acidente com algum carro nessas lombas que não cumprem o regulamento da distância dos cruzamentos e das rotundas, se a Câmara vai ser responsável ou não pelos danos causados nas viaturas. Agora os trabalhos que estão a ser feitos do escoamento de água, deviam ter sido planeados antes. Fizeram as passadeiras, viram que parava a água e agora estão a ser rasgadas, vamos ver onde vão ser inseridos esses trabalhos, julgo que esta obra não contempla trabalhos a mais!-----

----- Outra situação badalada aqui, foi a questão da ETAR em Bemposta que eu levantei aqui, do protocolo com a Sogrape, foi detetado que a Sogrape ainda não tinha pago os vinte e cinco mil euros, o senhor presidente na reunião de vinte de dezembro veio aqui expor que o protocolo ia ser assinado brevemente, em dezembro ou finais de dezembro. Eu queria saber se o protocolo já foi assinado, passado dois meses e se a Câmara já foi ressarcida dos vinte e cinco mil euros.-----

----- Nessa mesma reunião de vinte de dezembro, o senhor presidente falou aqui sobre a rede de gás. Algumas casas não estavam a ser abastecidas, a obra tinha parado, o senhor presidente informou-nos aqui que iria ter uma reunião dia vinte e sete de dezembro ou de janeiro não específica com o secretário de Estado do Ambiente e da Energia. Queria saber qual foi o ponto de situação dessa reunião, porque se levantou a questão por causa da zona histórica de Mogadouro, a rede de águas era do Município, gostaríamos de saber como está a situação.-----

----- Outro ponto, foi levantado aqui já na última reunião, a questão das condições da água durante o mês de dezembro. Toda a gente recebeu a fatura da água do mês passado, e vem lá uma nota que diz assim: “foi deliberado em reunião de Câmara a 14/01/2020 a isenção de 50% do pagamento de abastecimento de água da barragem do consumo dos consumidores de Bastelos e de Bemposta”. Sim senhor, senhor presidente, isto está correto é uma decisão sua, queria saber se isso está no regulamento da Câmara da isenção dos 50%.-----

----- Outra situação, senhor presidente como houve leitura de contagens, houve pessoas que já iam receber dinheiro, como se faz o pagamento dos 50% dessa fatura. Houve leituras no mês de dezembro, pessoas que em vez de pagar iriam já receber pelos meses que pagaram mais, como vai ser feito esse valor dos 50% da nota de crédito, a Câmara como vai resolver a situação.”-----

**----- INTERVENÇÃO DO MEMBRO ALFREDO JUSTINO RIBEIRO: -----**

-----“Fazer oposição, não significa contestação fundamentalista. Na política, oposição deve ser sinónimo de compor, ou de contrapor, com

sugestões tidas como pertinentes no momento, e com substância no conteúdo. Essa é, para mim, a forma de fazer oposição, sem esquecer obviamente a característica política da função de opositor. Não contem comigo para fazer a política da rodeira obstruída ou da manilha mal aplicada. Fazer oposição exige credibilidade. Porque é com ela que se ganha a confiança dos cidadãos e conseqüentemente o voto, instrumento imprescindível para se ganhar. Há muito que o voto deixou de ser ideológico. Por essa razão, Portugal tem perdido, em sede de eleições autárquicas, a pureza indiscutível dos resultados finais que, antes de o serem, já o eram. São conhecidas as derrotas históricas do PCP em bastiões autárquicos como Évora, Beja ou Almada, a favor do PS, mesmo que em eleições legislativas ou europeias, o PCP suplante o PS. Ou em meios menos urbanos, é conhecida a eternização autárquica do PS, onde antes dominava com facilidade o PSD.

----- Claro que cada caso é um caso, mas há elementos comuns que ditam a derrota de uns e a felicidade de outros, nomeadamente o necessário carisma de quem lidera e a sua imprescindível credibilidade. Características que, naturalmente, não se fabricam. Ou se têm, ou não se têm. Mais ainda: liderança política não pode ser confundida com liderança partidária!-----

----- Senhor presidente, excelentíssima Assembleia. Como orgulhosamente digo e defendo, sou opositor político, mas não sou opositor ao meu concelho. Sei que o atual governo autárquico erra muito mas, de quando em vez, acerta. Mesmo assim, o saldo é negativo. Vamos falar claro. Acertou na questão das lombas. A prevenção rodoviária, a segurança dos peões, principalmente dos mais desprotegidos, como as crianças e os mais idosos, é assunto demasiadamente sério, para dele se fazerem graçolas. Um atropelamento não é uma anedota. A irresponsabilidade de automobilistas que tomam a Avenida do Sabor como uma pista de alta velocidade, não é um ato heróico. A inconsciência e a falta de civismo dos condutores que não respeitam a proximidade de uma Escola, não tem piada (pelo menos para mim). Dizem os especialistas em prevenção rodoviária que as lombas, e as rotundas, são mais eficazes que os semáforos. Sabemos, vemos e comentamos, a falta de civismo que originam episódios desagradáveis e inqualificáveis em várias zonas de Mogadouro. Neste contexto, decidiu o Município atacar o problema com a implementação de lombas. A segurança não tem preço.-----

----- No caso concreto reconheça-se a necessidade do investimento, bem distinto de elefantes brancos que, pelo facto de o serem, afastam-se do investimento pautado pelo imprescindível custo-benefício. Ao desrespeitarmos essa regra básica, o resultado só pode ser a cedência a megalomanias que desembocam em obras faraónicas geradoras de despesa corrente onerosa para o erário municipal.-----

----- Mas, senhor presidente, não se entusiasme com este apontamento de quem é seu opositor, porque, o saldo não lhe é favorável. Não o é, desde logo na diplomacia económica e na gestão dos recursos existentes.-----

----- Regozijo-me com a moção de consenso em torno da venda das barragens da EDP. Mas pergunto: enquanto governo autárquico acautelou os interesses do Município? Esgotou todas as plataformas de negociação para garantir os interesses do território que produz a energia? O que podemos esperar do futuro?-----

----- Senhor presidente: em 2018, segundo dados da Direção Geral da Energia e Geologia, a produção bruta de energia hidroelétrica foi de 13.628 GWh, Bemposta gera anualmente, em média, 1086 GWh, Significa isto que a barragem de Bemposta foi responsável pela produção de 8% do total de energia hídrica Nacional!-----

----- Senhor presidente: peço-lhe que me acompanhe numas contas simples. Se convertermos os 1086 GWh (gigawatts hora) em KWh (Kilowatts hora), estamos a falar de 1.086.000.000 KWh (mil e oitenta e seis milhões de KWh). Sabendo que o valor cobrado ao consumidor doméstico ronda os 0,18€/ KW, podemos afirmar com segurança que a produção energética de Bemposta é geradora de um volume de negócio de 195. 480.000,00€ (Cento e noventa e cinco milhões e quatrocentos e oitenta mil euros). Repito: Cento e noventa e cinco milhões e quatrocentos e oitenta mil euros. Valor que representa o dobro da riqueza produzida pelo somatório de todos os mogadourenses, ou seja, o dobro do PIB do concelho!-----

----- Senhor presidente, excelentíssima Assembleia. Para além dos números de que falo, que não são de somenos importância, permitam-me evidenciar a importância absolutamente estratégica da barragem de Bemposta, enquanto produtora hidroelétrica. A sua relevância é estratégica para Portugal. Desde logo, pelo impacto positivo que representa para a economia nacional, por via da criação de emprego e da redução do défice externo, mas também: - pela possibilidade de armazenamento de energia em períodos de baixo consumo;-contributo para a redução de emissões de CO2;- capacidade de armazenamento e da reserva de água de emergência, ao controlo de cheias, ao combate a incêndios, entre outras. Posto isto, dizer que estes elementos devem ser a matriz de um caderno reivindicativo a negociar com a EDP e com o Governo, na dupla certeza de que o diálogo não será fácil, nem os interesses do Concelho estarão na agenda da elétrica.-----

----- Senhor presidente: o futuro reivindica-se e constrói-se no presente. Um futuro que também devia estar presente na zona industrial, enquanto uma das âncoras de desenvolvimento do concelho, mas, mais uma vez, o governo autárquico prefere desprezar os empresários e desperdiçar a mais-valia de uma zona industrial forte e pujante.-----

----- Senhor presidente: têm-me chegado queixas quanto à debilidade da ligação e velocidade da rede de internet.-----

----- Eu recordo-lhe que a zona industrial não é um Convento, nem os empresários são freiras em clausura! Os empresários precisam de ligação com o mundo, com a economia e com ferramentas que fazem a dinâmica

*José*

para que o negócio flua. Hoje, a ligação rápida e eficiente à internet, é tão imprescindível como o combustível para um camião. Infelizmente, o arrojo e a missão estratégica do atual governo autárquico ainda está na fase do carvão!”-----

**----- INTERVENÇÃO DO MEMBRO MANUEL LUÍS VARANDAS:-----**

----- “Vou aproveitar esta minha pequena intervenção para felicitar um membro eleito desta Assembleia pelo novo cargo que tem no seu partido e espero e desejo democraticamente um trabalho excelente.-----

----- O tema do dia de hoje são as lombas, eu vi um post onde aparece muito bem a imagem do castelo, que é o nosso '*ex-libris*', com as lombas, as lombas à frente das pessoas.-----

----- Eu recordo-me que há muito pouco tempo faleceu um senhor na Avenida do Sabor atropelado por um automóvel. O que se pode fazer numa localidade pequena é tentar reduzir a velocidade com um custo mais reduzido uma vez que o trânsito não é assim tão significativo. Anteriormente, gastou-se provavelmente mais dinheiro na instalação de semáforos, e eu lembro-me que dois nunca estiveram ligados. Um exatamente em frente à GNR, outros uns metros a seguir às instalações da Transnorte, semáforos esses que nunca estiveram operacionais. O semáforo redutor de velocidade na reta de Vale da Madre era facilmente contornado, e eu vou dar um exemplo: chega-se à rotunda quem vem de Brunhoso, fecha-se e depois passava-se o semáforo a 150, porque não tinha tempo de fechar. Em termos de custos penso que a autarquia fez uma excelente escolha, estão no sítio errado, eu penso que atos de engenharia devem ser feitos por engenheiros e posso estar a cometer um erro, mas não foi o executivo eleito que planeou as lombas, foi provavelmente a equipa de engenheiros da Câmara que o fez e achou a melhor forma de as colocar. As lombas delimitadoras de velocidade são uma forma de reduzir as emissões, porque um carro a circular à velocidade média de trinta quilómetros tem menos dióxido de carbono do que tem um carro a circular a setenta ou oitenta. Se tivermos que parar nos semáforos o carro ao voltar a iniciar o movimento tem muito mais consumo de combustível, logo maior quantidade de dióxido de carbono. Portanto, reduzir a velocidade numa localidade como Mogadouro, na minha opinião, a melhor forma é a colocação de lombas. Nós vemos lombas em muitos sítios, aliás, vou dar o exemplo de onde estão duas lombas numa estrada nacional, no cruzamento de Algoz existem duas lombas redutoras de velocidade e é uma estrada nacional. Em Campo de Víboras existem lombas redutoras de velocidade, se entrarmos em Bragança existem lombas redutoras de velocidade em quase todas as Avenidas de Bragança, portanto, criticar só por criticar acho que não está totalmente correto, é uma opção deste executivo as lombas redutoras de velocidade.”-----

**----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JORGE JOSÉ MARTINS DIAS:-----**

----- “Tenho duas apreciações a fazer.-----

----- Uma é sobre as lombas redutoras, eu acho que qualquer investimento que se faça para evitar uma morte, não tem preço que pague.-----

----- Segundo, em relação à sala ou gabinete dos grupos parlamentares o senhor presidente de Câmara já anunciou aqui que têm um gabinete pronto e efetivamente a responsabilidade é minha e eu assumo. Na minha maneira de ver é uma questão de coordenar, e que alguém ligue ao professor Ilídio e ao professor Manuel Varandas para lhe entregar a chave e irem ver, ou alguém que os oriente e que os leve lá a ver, portanto, ele vai responder.-----

----- Quanto à rede Wi-fi e também ao gabinete não foram dois anos, sendo assim foram catorze, contando com o seu mandato que são doze mais dois do meu mandato são catorze, pois não tínhamos nem internet nem gabinete.”-----

----- **RESPOSTA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, FRANCISCO JOSÉ MATEUS ALBUQUERQUE GUIMARÃES:**-----

----- “Antes de mais é sempre um prazer estar aqui para responder a algumas das questões que vão sendo levantadas.-----

----- Efetivamente a da ordem do dia é sempre as lombas e eu continuo a dizer o seguinte: de facto não conseguimos agradar a toda a gente, nós sabemos disso.-----

----- Expliquem-me uma coisa, tenho uma série de solicitações em cima da mesa para construir mais. Como é que vou fazer?-----

----- Quer dizer que as lombas, e quero de uma vez por todas que se perceba uma coisa, as lombas foram feitas nos sítios das passadeiras, só há uma exceção, penso que é perto da casa do professor Pires porque não tinha seguimento do outro lado e aí sim está feita uma lomba, de resto são todas no sítio das passadeiras. São passadeiras elevadas e isto foi candidatado no âmbito do Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável – PAMUS, e foram participadas 85%, nós fizemos essa candidatura e foi participada. Elas ainda não estão finalizadas e é evidente que houve a questão que o deputado José Branco já levantou, em alguns sítios não foi pensado efetivamente, mas isso é uma questão técnica e eu não posso responder por aquilo que os técnicos fizeram. Não sou eu que faço os projetos, portanto se for preciso eu chamo o técnico que fez o projeto e que fez a candidatura, não custa nada, vem aqui à Assembleia e ele que explique, é para isso que eles estão cá, não é o presidente da Câmara que vai responder sobre uma questão técnica. Evidentemente, que eu sei que existem ali trabalhos complementares e que têm que ser pagos, não estou a dizer que não, mas é melhor fazer esses trabalhos depois de ver que o erro estava cometido e que se resolva de uma vez. Dizer-vos também que foi uma obra participada, com fundos comunitários, e aquilo que hoje contrariamente já foi dito aqui, as passadeiras, ou seja, aquela que é a nível de redução do tráfego estão a ser implementadas, as nossas de facto têm um pormenor que

foi preocupante em relação ao regulamento que existe sobre o tema, elas tinham que ser brancas e pretas. Há muitas pelo país fora que são de várias cores, e nós pensamos que poderíamos efetivamente criar outra cor para chamar mais atenção, mas não, o regulamento é claro, aliás dou-vos como exemplo os cães-guias não conseguem detetar outra cor sem ser o branco e preto, sabem que a passadeira é naquele local e por isso mesmo são brancas e pretas. Embora ainda falte a sinalização vertical e horizontal que irá levar, para além de outras quatro que vão ser inteligentes para não estarmos a estragar aquilo que já tínhamos efetuado recentemente. Aqui na zona central na recuperação que houve, essas são quatro passadeiras inteligentes são com semáforos, quando se aproximam os peões eles começam a piscar. Essas ainda não estão instaladas, estão a ser finalizadas em Mogadouro, embora houvesse mais pedidos para fazer, mas elas foram colocadas essencialmente nas zonas que tínhamos mais aceleração dentro da vila.-----

----- Se concordamos ou não com aquela questão do cruzamento onde elas estão, eu entendo que como não se conseguiu fazer uma rotunda como inicialmente se pensou, aliás, o senhor deputado José Branco tem umas instalações perto, e ali de facto é um sítio propício a acidentes, assim conseguimos reduzir um bocadinho naquele cruzamento o tráfego, foram colocadas no sentido descendente em ambos os sentidos.-----

----- Senhor professor Ilídio, em relação à questão, se bem se recorda, eu disponibilizei-me a ir lá convosco a ver as instalações, depois a dar-vos a chave e inclusivamente a questão do alarme, não sei se se recorda de eu ter falado nisto. Temos que consciencializar, pode ser depois da hora de trabalho que é mais simples para todos, isto é uma questão de resolvermos, como sabe aquele espaço tem alarme, temos que ter instruções para cada um que lá for desligar e ligar o alarme depois da utilização da sala. Combinamos a hora e o senhor presidente acompanha-me e, portanto, resolvemos facilmente a questão. Se quiserem combinar com o senhor presidente da Assembleia ele depois diz-me a mim, e se eu não estiver em Mogadouro combinamos para o final da tarde. Fica resolvido, vamos lá depois da reunião.-----

----- No global falei sobre as lombas, portanto, vou frisar aqui outra questão que vem sendo levantada, eu não sei, mas o José Branco antes das reuniões deve vir para cima e passar em alguns sítios para se informar sobre certos assuntos. Vou tentar saber se isso é verdade se o senhor passa em alguns locais e se que lhe dão informações específicas sobre alguns assuntos que aqui traz. Mas eu vou entregar à sua frente, à frente de todos, aquilo que já foi enviado à Sogrape, dia oito de janeiro de dois mil e vinte, que depois da nossa reunião de Câmara de dez de dezembro de dois mil e dezanove, no qual enviamos para ser assinado o protocolo e alertávamos para efetuar o clausulado no ponto 3 do mesmo. No ponto 3 do mesmo até o IBAN lá vai sobre os vinte e cinco mil euros. Agora se foi propositado ou não. Tem mais informações que eu, privilegiadas nesse aspeto.-----

----- Depois falou na questão da rede de gás, efetivamente a rede de gás é um problema que tem Mogadouro e que eu quero de uma vez por todas resolver com os munícipes. Dia vinte e sete de dezembro estava efetivamente agendada uma reunião em Lisboa que foi desmarcada dia vinte e seis ao final da tarde e, portanto, só esta semana conseguimos reunir com a SONORGÁS aqui em Mogadouro. O parecer técnico foi emitido pelo Ministério, há um parecer sobre isso, neste momento existe um acordo em relação à concessão de exploração da rede de gás que o Município tinha concessionado à DOUROGÁS, já existe entendimento verbal, mas para ser resgatado sem custos para o Município, porque, embora não seja a totalidade da rede de gás que o Município disponibilizava, nós temos alguma concessão que tinha doze anos e que ainda temos cinco anos pela frente. Daquilo que é a DOUROGÁS, relativamente ao gás propano, Mogadouro tinha uma concessão à DOUROGÁS, vamos resgatar por mútuo acordo essa concessão e vamos fazer efetivamente um protocolo de cedência de exploração da rede de gás propano para que todos os Municípios tenham acesso. Não é só a zona histórica é também a reta de Vale da Madre, Bairro das Sortes, Bairro de São João, enfim, uma série de locais onde eles não podem injetar a rede de gás embora já tenham trezentos contratos. Foi-me dito pela Administração que já tinham trezentos contratos, mas não podem fornecer. Vamos acelerar o processo, ontem o eng. Eduardo Viana enviou-me o cadastro da rede de gás, eu já o reencaminhei para fazer parte daquilo que é o protocolo de cedência, falta acertar os números entre o Município e a SONORGÁS poderá eventualmente compartilhar anualmente a título daquilo que é a utilização da rede de gás, sendo certo que, o período que vamos aproveitar para fazer esse protocolo, é o mesmo período em que termina a licença de gás, a licença de exploração que o Estado emitiu à SONORGÁS, ou seja, quando terminar o mesmo período a rede passa para o Município e eles entregam a rede que construíram ao Estado, mas isso está na licença. Espero que na próxima semana ou no decorrer da outra consigamos ter um protocolo para podermos levar à reunião do Executivo e posteriormente apresentá-lo aqui para conhecimento na Assembleia Municipal para perceberem o que já está em cima da mesa, neste momento temos cerca de seiscentos «clientes» com vontade de ter o gás, mas não fazem contrato porque temos este problema aqui acrescido, portanto, é urgente resolvê-lo.-----

----- Relativamente à água e ao mês de dezembro, foi por proposta nossa que foi aprovado por maioria esse assunto. A questão da redução de 50% depende da Câmara não necessita de estar no regulamento, o técnico fez-nos a informação e nós aprovamos a redução dos 50% no consumo da água, compreenda-se bem que é só no consumo da água. Este crédito vai ser feito pela MEDIDATA através do sistema informático, não sei como farão, mas certamente creditarão aquilo que é o acerto. Não posso dizer mais nada porque não sou técnico de informática.-----

----- E finalmente, responder ao deputado Alfredo Ribeiro relativamente à questão e bem colocada sobre a venda das barragens de Bemposta, Picote, Miranda do Douro, do Baixo Sabor e Foz Tua, quando nós soubemos do que estava acontecer e do sucedido, isto porque o senhor não esteve na reunião, estive a verificar e por isso mesmo não me custa nada esclarecer mais uma vez e aliás dar algum andamento daquilo que já foi posteriormente à reunião de dezembro, salvo erro dia vinte. Em seis de dezembro, quando eu e o Artur, presidente da Câmara de Miranda do Douro, tivemos conhecimento da venda das barragens foi solicitado por email ao senhor presidente do conselho de administração uma reunião, essa reunião ocorreu logo dia nove de dezembro no Porto, onde nos foi dito que a venda ainda não estava executada, que antes de ser publicitada teria que ser comunicada à CMVM – Comissão de Mercado de Valores Mobiliários, e portanto só posteriormente dia dezanove de dezembro a EDP veio anunciar a venda das seis barragens em Portugal ao consórcio composto essencialmente pela Engie. Nessa mesma reunião tivemos a preocupação de levantar vários assuntos que nos preocupavam, eram os protocolos que existiam com a EDP, trabalhadores, prestadores de serviço, tudo isso ficou inclusivamente numa moção que a Assembleia Municipal aqui aprovou e que agora vemos também alguns traços daquilo que aqui foi aprovado numa moção que os senhores deputados, penso que do PSD irão levar à Assembleia da República. Também nos preocupam várias coisas, queremos perceber o porquê do IMI da barragem não é paga, foi isentado por proposta da APA- Agência Portuguesa do Ambiente, e o senhor diretor geral de contribuições e impostos isentou a barragem de Bemposta, era a única que recebia dinheiro e tivemos que devolver cerca de duzentos mil euros novamente à EDP. Nós queremos que este tema volte a estar em cima da mesa, mas o mais importante neste momento é percebermos que a nova empresa, a empresa que vem para o terreno está aberta aquilo que nós próprios estejamos disponíveis para contratualizar com eles, sendo certo que, mantém-se até à efetiva conclusão da venda a transferência dos cinco milhões de euros para a ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses. Mogadouro recebe cerca de duzentos e sessenta mil euros anualmente, nós queremos negociar este valor para que a região tenha a valência de ter a própria empresa, e que a mesma tenha a sede na nossa região, não dizemos onde a queremos, mas que seja na região onde as barragens estão inseridas. Foi-nos transmitido na semana passada em que reunimos com a própria Engie no passado dia treze de fevereiro de dois mil e vinte, que reunimos no Baixo Sabor com os Municípios do Baixo Sabor, depois separadamente com Mogadouro e aí sim, defendendo aquilo que é Mogadouro, transmitimos à Engie aquilo que nos interessava neste momento salvaguardar. Inclusivamente falámos daquilo que seja uma marca para a região e para o concelho de Mogadouro com a vinda deles para o nosso concelho. Estão disponíveis, foi uma questão falada ainda não havia negócio

fechado, logo que esteja o negócio executado e cumprido o protocolo final nós teremos oportunidade e ele disponibilizou-se, aliás, veio ao mais alto nível uma delegação deste consórcio, estamos a falar inclusivamente o próprio presidente da administração é português o dr. Paulo Almirante, e, portanto, temos essa vantagem de ser o interlocutor português e percebe perfeitamente as nossas preocupações. Sabíamos que no dia a seguir, catorze de fevereiro, iriam reunir com os trabalhadores em vários sítios, Picote e depois iriam para a Régua, dizendo-lhe que queriam continuar com a prestação deles, ou seja, queriam que eles continuassem a trabalhar para o novo consórcio. Eles já estão há quarenta anos no país, portanto, querem que as pessoas se mantenham. Resumidamente, isto é aquilo que já vos posso transmitir, não há número, não há investimento, ainda não há nada de concreto, sendo que nós tivemos a preocupação de lhe fazer sentir ao novo consórcio o que é importante.-----

----- Quanto à questão da internet na zona industrial, é um problema que já se arrasta há imenso tempo, nós reunimo-nos há cerca de quinze dias com a empresa que instalou a fibra rural pelo país e aqui pela nossa zona e portanto estamos há espera que eles acabem o projeto para podermos pôr a concurso, porque de outra forma não podemos limitar os nossos concidadãos a estarem limitados a uma rede. A rede é uma única, mas depois pode ser por qualquer operador, é isso que se pretende, aliás, pelo que nos foi dito neste momento haverá um quarto operador de rede e virá para o mercado e, portanto, dos três que já estão, existe a possibilidade de um vir para o terreno. Queremos isto urgentemente, porque, efetivamente a rede fibra passa ao nosso lado, ao lado da zona industrial e nós não temos fibra nessa mesma zona. Os custos andavam na ordem dos trinta e sete mil euros, salvo erro, trinta e cinco mil euros, que era para implementação da extensão de rede, de qualquer maneira, mal tenhamos o projeto e o eng. Hélder também está à espera dele, pois ele não é técnico nessa área, precisa também de ajuda, logo que haja fará o caderno de encargos e lançaremos a concurso o mais breve possível para podermos ter internet na zona industrial, pois todos os nossos industriais e comerciantes que ali se encontram instalados bem precisam de internet. Penso que no global respondi a tudo.”-----

----- **INTERVENÇÃO DO MEMBRO JOSÉ FRANCISCO BENTO SANCHES BRANCO:** -----

-----“Senhor presidente da Câmara em relação às respostas que me dá, só me dá aquelas que lhe dá jeito, e só me dá os documentos que lhe dá jeito. Os documentos que já lhe pedi noutras reuniões não os dá.-----

----- Em relação à questão das lombas, e respondendo ao deputado Manuel Varandas, em relação ao atropelamento que faleceu o cesteiro de Zava, eu assisti ao atropelamento. O atropelamento foi fora da passadeira e a senhora não vinha com excesso de velocidade, os acidentes que houve na Avenida do Sabor foram todos fora das passadeiras, tirando a filha do senhor Carlos.

Eu sou de acordo com as passadeiras em alguns sítios, não estou contra, agora a questão é o local onde foram postas. Por aquilo que eu sei, alguém da Câmara andou a ligar a alguns presidentes de junta para saber se querem lombas nas aldeias. Está inserido no mesmo projeto, se é outro trabalho ou não? Sei que houve presidentes de juntas contactados para colocar lombas nas freguesias. Em relação às lombas, se me pedirem opinião para por uma lomba na minha aldeia, Valverde, eu sou contra. Quem ande de trator nas aldeias vai ter um grande contratempo.”-----

**----- INTERVENÇÃO DA MEMBRO CARLA ALEXANDRA REIS LOUSÃO:-----**

-----“ Não vou falar de lombas nem tão pouco utilizar metáforas. Queria colocar uma questão ao senhor presidente da Câmara e dar aqui um alerta em relação ao circuito panorâmico dos Lagos do Sabor. É realmente um evento, não posso dizer evento, mas se calhar uma rota, uma infraestrutura que pode ter um interesse para o nosso Município, além de ter para outros. -  
----- Eu gostaria, se fosse possível, e se o senhor presidente tivesse interesse, que nos falasse um bocadinho de qual o objetivo do circuito panorâmico e quando se prevê a sua conclusão. Alertar que as placas de sinalização, quem vem de Castro Vicente para Mogadouro e quando se vai de Peredo para Mogadouro estão colocadas em sentido oposto. Eu estive a analisar as duas placas e basicamente bastam ser trocadas de sítio. A que vem de Castro Vicente volta a virar para cima e tem de virar para baixo, a que vem de Peredo vira novamente para Peredo, só precisam de ser trocadas de lugar e fica o assunto resolvido.”-----

**----- RESPOSTA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, FRANCISCO JOSÉ MATEUS ALBUQUERQUE GUIMARÃES:-----**

-----“Em relação às lombas nas freguesias, algumas estavam contempladas, essencialmente Bemposta que tínhamos inicialmente previsto, como isto é ao metro podemos colocar porque não foram gastos na totalidade os metros, portanto podemos colocar algumas lombas noutras freguesias, daí termos contactado alguns presidentes de junta, uns querem outros não querem, portanto, aqueles que querem iremos colocar as lombas até que se finalizem os metros que estavam candidatados. Bemposta desde início que ficou estabelecido e no Urrós também haveria uma. Se quiserem nas suas localidades, há presidentes de junta que auscultaram opinião, os habitantes queriam lomba, foi-lhe transmitido a ele, e ele entendeu que não deveria colocar lá lomba nenhuma. Nós limitamo-nos àquilo que é a opinião do presidente de junta que faz a locução connosco. As pessoas daquele local pedem-nos a toda a hora uma lomba, mas o presidente de junta entende que não deve colocar. É pena, porque muitas vezes podemos evitar acidentes, porque faz efeito lomba e efeito passadeira.”-----

----- A Carla levantou aqui uma questão que tecnicamente já está levantada há muito tempo. Essa empresa ainda não trocou as placas, porque elas estão

Handwritten signature in blue ink, possibly reading "Mário".

no mesmo sentido. Eu já sei disso desde o início, aliás, este circuito panorâmico foi objeto de uma candidatura por parte da Associação de Municípios do Baixo Sabor, tem todo o interesse porque nós percebemos que é importante para a região e para os quatro concelhos, ela ainda está em fase final, mas a vereadora Virgínia poderá explicar melhor, penso que já aprovamos os *lettering*, porque cada concelho tem de aprovar, pois existiam alguns erros, principalmente a nível arqueológico. Pedimos ajuda ao Emanuel para percebemos efetivamente se o conteúdo que ali estava, estava bem. E eles disseram que quando viessem colocar isso mudariam todo o circuito que está mal desenhado, quer dizer mal sinalizado. É um circuito panorâmico tem todo o interesse para nós, aliás, cada vez mais os circuitos estão na moda, mas também quer para nós portugueses quer para quem nos visita, cada vez mais temos procura daquilo que são os percursos pedestres. Estamos agora a fazer através da CIM-TTM um documento único englobando os nove concelhos com os circuitos pedestres, com BTT e efetivamente com outros desportos que cada um de nós tem. No Aeródromo também é considerado desporto, e todos estes desportos que temos nos nove concelhos vão ser compilados num único documento. Depois tem algumas cartas e é efetivamente a vontade é que venha para a região cada vez mais gente, não só visitá-la, mas esperamos com estas novas medidas que irão ser iniciadas na próxima semana aqui em Bragança tragam frutos para que tenhamos gente nas nossas regiões.”-----

**----- INTERVENÇÃO DO MEMBRO AGOSTINHO JOAQUIM FERNANDES:-----**

----- “Falaram em lombas. É o seguinte, falaram tanto que os presidentes de junta tinham sido contactados, Sanhoane não foi contactado, mas se calhar também tinha necessidade de uma lomba. Era para não falar disto, mas como já ouvi tanta coisa sobre as lombas vou dizer o seguinte: ontem telefonou-me uma pessoa da Castanheira a dizer que estavam a fazer uma lomba na estrada municipal que vai da Castanheira ao Variz. Não era na localidade que era na estrada, e pediu-me para ver se faziam alguma coisa sobre a lomba antes que fosse construída. Não é na minha freguesia, é na estrada municipal, o assunto é com a Câmara, mas eu lá direi alguma coisa. Era para não falar na reunião, era para ser em particular, mas falou-se tanto no assunto que o apresento aqui. Não sei se já está construída, não sei onde é o local, não sei nada, é unicamente para transmitir o que me foi dito.”-----

**----- INTERVENÇÃO DA MEMBRO MARIA JOSÉ RAMOS FERNANDES:-----**

-----“Já que se falou aqui em circuitos pedestres a nível do turismo, não sei se seria possível fazer algum projeto a nível municipal que englobasse todas as aldeias, pelo menos aquelas que estejam interessadas, com vista a fazer itinerários, circuitos pedestres com interesse turístico. Em vez se ser uma

*Handwritten signature*

freguesia, São Martinho estaria interessado, seria um projeto a nível municipal.”-----

**----- RESPOSTA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, FRANCISCO JOSÉ MATEUS ALBUQUERQUE GUIMARÃES:-----**

-----“Só para completar o que a Maria José está a dizer, nós estamos a referir-nos a circuitos, e os circuitos são sempre promovidos pelo município, e a candidatura é feita por nós, neste caso não é uma candidatura mas sim um projeto que será feito por nós. Do lado do Sabor nós queríamos que tivessem regularizados os caminhos que ocuparam a barragem para podermos fazer, porque existem sítios que não temos passagem, e construir passagens pedonais, são extremamente caras, estamos a falar de estruturas caras. De qualquer maneira do lado do Sabor nós tínhamos alguns e não foram aprovados, aliás, nenhum Município conseguiu aprovar circuitos pedestres individualizados, só foi possível através da Associação, os outros ainda não, estão agora candidatados ao turismo para ver se esses são financiados, mas depois queremos alargar a todo o concelho do lado do Sabor, porque só fizemos do lado do Douro, mas do lado do Sabor tínhamos esse problema, ainda em mãos, que temos que resolver. A zona do Sabor abrange toda a área Nascente e Poente do concelho.”-----

**----- INTERVENÇÃO DA MEMBRO MARIA TERESA AFONSO PIMENTEL VILARIÇA:-----**

-----“Não estava para fazer nenhuma intervenção, embora estivesse a pensar nisto à algum tempo. É assim, na Assembleia anterior em que se fez a aprovação do orçamento, lembro-me que se aprovou uma verba, não sei exatamente o quê, mas que fazia parte do orçamento um apoio à natalidade. Na altura, penso que alguém terá falado como é que era, como se fazia esse apoio, mas acho que nada ficou esclarecido. Portanto, gostaria de saber como é que era feito esse apoio à natalidade, isto porque já aqui se falou hoje e bem, que realmente precisamos de gente na nossa terra. Precisamos de gente adulta, mas também precisamos de gente jovem, que supostamente serão eles que vão garantir o futuro da nossa região. E que bom seria que houvesse um apoio àqueles que hoje são jovens e podem ter filhos e que muitas dificuldades têm a vários níveis, creches, apoio escolar, apoio de várias formas. Portanto, mesmo financeiro ou sem ser financeiro, gostaria de ouvir em que se traduz esse apoio.-----

----- Já agora outro assunto que em nada tem a ver com o anterior, nos circuitos que se falou aqui, eu acho realmente bem, uma boa ideia, sejam eles no Sabor ou no Douro. De facto, terão maior peso se forem organizados e programados pela Câmara ou até pela ACISM. Será um âmbito diferente, e como o senhor presidente falou que no Sabor não tinham conseguido mas que no Douro sim, gostaria de saber para o Douro o que está aprovado ou previsto, e em que fase é que está.”-----

*Handwritten signature*

**----- RESPOSTA DA VEREADORA DA CÂMARA, JOANA FILIPA VICENTE DA SILVA:-----**

-----“Quanto ao apoio à natalidade está a ser trabalhado um regulamento, não é um assunto fácil e não é um assunto tão linear quanto isso. Por exemplo, podíamos fazer um regulamento como outros concelhos têm, era pagar mil euros por cada nascimento. Eu conheço pelo menos três casos que são Mogadourenses, moram em Mogadouro, mas estão registados fora porque receberam esses mil euros. Não é isso que Mogadouro quer, nós não queremos que as pessoas venham à procura do dinheiro, e se formos pensar conscientemente e com cabeça, digamos assim, não são mil euros que fazem nascer uma criança. Ou seja, o regulamento está a ser trabalhado no sentido de um apoio, se calhar em aquisição de fraldas, vacinas, equipamento que é necessário, e que a eng. Teresa sabe perfeitamente, aquele equipamento que é necessário como carrinhos, alcofas, mas que esse dinheiro para o equipamento seja gasto no comércio local, ou seja, nós queremos evitar o nascer por nascer por aquele valor monetário, porque não é um valor monetário de mil ou dois mil que ajuda, por isso está a ser trabalhado um regulamento nesse sentido. Nós já damos outros apoios, a nível de livros, refeições, atividades a nível do primeiro ciclo e do pré-escolar.”-----

**2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA:**

**----- 2.1 APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO (AL. C) DO N.º 2 DO ARTIGO 25.º E N.º 4 DO ARTIGO 35.º, ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO: -**

Nos termos do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia apreciou e tomou conhecimento das atividades que constavam nas agendas de trabalho do senhor presidente da Câmara, Francisco Guimarães e dos senhores vereadores em regime de permanência a tempo inteiro, Evaristo Neves, Joana da Silva e Virgínia Vieira, no período compreendido entre a última sessão ordinária e esta. -----

----- Quanto à situação financeira do município de Mogadouro, à data de cinco de fevereiro de dois mil e vinte, era a seguinte: -----

“Dívida em 04/02/2020 -----

- A fornecedores .....	214.392,41€ -----
- A empreiteiros .....	0,00€ -----
- Empréstimos em dívida .....	820.183,65€ -----
- Leasings .....	0,00€ -----
- Encargos para o presente ano .....	352.952,32€ -----
Saldo em 04/02/2020 -----	

- Orçamental .....	4.124.589,40€ -----
- Operações de tesouraria .....	407.228,83€ -----
- Em documentos .....	42.922,59€ -----
- Fundos comunitários a receber .....	440.874,32€.” -----

----- A Assembleia tomou ainda conhecimento do Relatório de Litígios Pendentes do Município de Mogadouro, remetido pela Sociedade de advogados, Abecassis, Azoia, Moura Marques & Associados, com sede em Lisboa, conforme refere o n.º 4 do artigo 35.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

----- **INTERVENÇÃO DO MEMBRO JOSÉ FRANCISCO BENTO SANCHES BRANCO:** -----

-----“Em relação ao assunto 2.1, lá vem o documento que eu pedi, espero bem que na sessão de Abril que venha outra vez.-----

----- Senhor presidente, mais grave que isso é na sua agenda pessoal, se calhar daqui só três ou quatro pessoas é que leram a agenda do senhor presidente, desde a última reunião até aqui. Estão aqui coisas caricatas, como é possível senhor presidente, o senhor no dia treze de dezembro estar numa reunião às dez da manhã em Guimarães e depois estar noutra reunião pelas dez e meia em Torre de Moncorvo. Mais grave que isso, numa reunião que esteve presente, estive eu presente, esteve o deputado Ilídio Granjo, esteve o presidente da Assembleia Jorge Dias e a secretária dona Carla, estivemos numa reunião no dia vinte e três de dezembro em Bragança da CIM-TTM, por acaso viram o presidente da Câmara de Mogadouro, está na agenda que esteve nessa reunião. Por isso mesmo é que se comprova que quando se marca uma reunião com o senhor presidente é sempre adiada três ou quatro vezes porque está sempre em reuniões, agora se está ou não está nessas reuniões, não sei. Está aqui no dia vinte e três de dezembro, às catorze e trinta em Bragança, reunião ordinária da Assembleia Intermunicipal-CIM-TTM, foi a reunião que nós estivemos presentes e o senhor presidente não esteve lá. Na agenda do senhor presidente, não há um erro há três na mesma folha.-----

----- O erro não é dele é de quem faz a agenda, é preciso ter atenção com estas situações.”-----

----- **2.2 CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO CONSULTIVA DA PRIMEIRA REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE MOGADOURO. DESIGNAÇÃO DE UM REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – Apreciação e deliberação:**-----

-----“Foram apresentadas à mesa duas propostas de listas dos membros candidatos à eleição de um representante para a comissão consultiva da Revisão do Plano Diretor Municipal, dos grupos parlamentares da Coligação TODOS POR MOGADOURO PPD/PSD.CDS-PP e do Partido Socialista-

PS, sendo-lhes atribuídas, respetivamente, as letras “A” e “B” e sujeitas a votação por escrutínio secreto.-----

----- A “Lista A”, indicou o membro municipal, José Francisco Bento Sanches Branco.-----

----- A “Lista B”, indicou o presidente da Assembleia Municipal, Jorge José Martins Dias.-----

----- Procedeu-se à votação por escrutínio secreto e o resultado apurado foi o seguinte: Lista A, quinze (15) votos; Lista B, vinte e dois (22) votos; um (1) voto em branco.-----

----- **Deliberação:**-----

----- A Assembleia deliberou, por maioria, com vinte e dois (22) votos a favor; quinze (15) contra; um (1) voto em branco, nomear para fazer parte da comissão consultiva da Revisão do Plano Diretor Municipal, o presidente da Assembleia Municipal de Mogadouro, Jorge José Martins Dias.”-----

----- **2.3 DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA – APRESENTAÇÃO DA MINUTA DO CÓDIGO DE CONDUTA –**

**Conhecimento:** - A Assembleia Municipal tomou conhecimento do documento remetido pela chefe de Divisão de Contratualização, Informática e Património, Maria José Miguel Lopes.-----

----- **2.4 MAPA DE APOIO À CRIAÇÃO DE EMPREGO –**

**Conhecimento:** - A Assembleia Municipal tomou conhecimento do documento remetido pelo sector de Contabilidade.-----

----- **2.5 MAPA DO SERVIÇO PRESTADO PELAS MÁQUINAS NAS FREGUESIAS –**

**Conhecimento:** - A Assembleia Municipal tomou conhecimento do mapa remetido pela Divisão de Infraestruturas e Obras Municipais referente ao serviço prestado pelas máquinas bulldozer, giratória e niveladora do Parque de Máquinas da Autarquia nas freguesias do concelho nos meses de novembro e dezembro de dois mil e dezanove e janeiro e fevereiro deste ano.-----

----- **2.6 COMPROMISSOS PLURIANUAIS – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS – AM 1 – 2020**

**Conhecimento:** - A Assembleia Municipal tomou conhecimento do documento remetido pela Divisão de Contratualização, Informática e Património sobre os compromissos plurianuais – autorização prévia no âmbito da Lei dos Compromissos referentes aos contratos iniciados no ano de dois mil e quinze até à presente data.-----

----- **2.7 DIVISÃO DE CONTRATUALIZAÇÃO, INFORMÁTICA E PATRIMÓNIO – INFORMAÇÃO SOBRE A PRESTAÇÃO DE**

**SERVIÇOS DE REVISÃO LEGAL DE CONTAS: - PROCEDIMENTO E NOMEAÇÃO DA AUDITORA EXTERNA RESPONSÁVEL PELA CERTIFICAÇÃO DAS CONTAS LEVADO A EFEITO PELA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO DOURO SUPERIOR E FINS ESPECÍFICOS – Apreciação e deliberação:-**

Começou por usar a palavra o senhor presidente da Câmara para dizer o seguinte:-----

-----“O que pedimos foi que a Assembleia autorizasse a inserção deste ponto na ordem de trabalhos porque tem a ver com o Técnico Oficial de Contas, que tem de ser designado pela Assembleia por proposta da Câmara. Este concurso ocorreu na Associação de Municípios do Douro Superior que faz para Torre de Moncorvo, Mogadouro e para a própria Associação e, portanto, foi efetivamente um bocadinho atrasado que chegou às nossas mãos, aliás, tivemos que fazer uma reunião extraordinária na quarta-feira para aprovarmos e ratificarmos o ato que foi efetuado nesse concurso público para Revisor Oficial de Contas e por essa razão só agora é que vêm para aprovação. Para não ficarmos aqui num vazio entre este mês e o mês de abril, já que se aproxima a prestação de contas e como tal é para que a Assembleia dê a sua aprovação à proposta apresentada para o Revisor Oficial de Contas de acordo com o concurso público efetuado na Associação de Municípios do Douro Superior.”-----

----- **Deliberação:**-----

----- “Remetida pelo órgão executivo e explicada pelo senhor presidente da Câmara, Francisco Guimarães, a Assembleia, nos termos do disposto na alínea a) do n.º1 do artigo 25.º, Anexo I, da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro e o n.º1 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro e posteriores alterações, deliberou, por unanimidade, aprovar a nomeação da Sociedade, Fernando Peixinho & José Lima- SROC, Lda., com sede em Bragança, com auditoria externa, responsável pela certificação das contas do Município de Mogadouro.”-----

### **3. OUTROS ASSUNTOS**

----- **INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JORGE JOSÉ MARTINS DIAS:** - Fez a seguinte intervenção dizendo:-----

-----“Vou referir a seguinte situação: o quadro comunitário - Portugal 2020, apresenta à data uma taxa de execução de 45%, e estando a menos de dois meses de fechar as candidaturas para o devido efeito, pelo que, por proposta da ANAM – Associação Nacional das Assembleias Municipais, indicando a sociedade Projetos Somas&Sugestões com a orientação de Daniel Martins e Tiago Ferreira, pretende esta Assembleia de acordo com a Câmara Municipal levar a efeito uma sessão de informação aberta a todos os Municípios sobre

as oportunidades a decorrer no Portugal 2020. Mais informo que a respetiva ação é gratuita para a entidade que a vai propor e de substancial interesse para a agricultura, comércio e serviços, associativismo, indústria, turismo, formação, investigação e desenvolvimento. Neste sentido, informamos que a respetiva sessão de informação poderá ser agendada por aconselhamento da empresa Somas&Sugestões para o dia seis de março de dois mil e vinte, sexta-feira das dez às onze e meia da manhã, na Casa da Cultura.”-----

**----- INTERVENÇÃO DO MEMBRO JOSÉ FRANCISCO BENTO SANCHES BRANCO:-----**

-----“Falou-se tanto em turismo, em passeios, senhor presidente eu queria salientar uma situação: fui abordado por um membro da Assembleia, antes desta sessão, e disse-me que esteve em Valverde no sábado passado na batida e questionou-me sobre as duas casas que estão lá, da recuperação da escola. Foi recuperada à nove anos, salvo erro, oito ou nove anos, estão fechadas. Estão mobiladas com mobílias topo de gama que, e estão fechadas, senhor presidente! Eu gostava de saber o que se passa. Porque é que aquelas casas não são abertas, porque não são dadas à junta para explorar ou à Associação de Valverde. Eram mais dois pontos de turismo. Temos sido contactados por caçadores e por pessoas que passam por ali, e perguntam porque é que as casas estão fechadas e não estão abertas ao público.-----

----- Em relação à água como eu falei aqui, não me expressei bem, naquilo que queria dizer. Atendendo que existem duas leituras, em junho e em dezembro, pela empresa de águas, nesses dois meses toda a gente recebe ou paga mais porque é um acerto da água referente a todo ano. Como a Câmara deu 50% do mês de dezembro, como é que se faz com as pessoas que já tinham a receber dinheiro do pagamento da água durante o ano? Como é que vai ser contabilizado no mês de dezembro? A questão é a seguinte: se não houvesse esses 50% existiam muitas pessoas que já iriam receber dinheiro porque pagaram de junho até dezembro a mais. Essas pessoas que estão a pagar a mais e vão receber esse recibo como vai ser contabilizado esses 50% da fatura de dezembro para ter esse benefício?-----

----- Outra situação, não se falou aqui, mas já se ouviu nos corredores, é a obra que foi agora a concurso do parque das feiras. Pelo que tivemos conhecimento a Câmara colocou a concurso a obra, salvo erro, um projeto de oitocentos mil euros, houve três ou quatro empresas que concorreram, uma acho que concorreu com um milhão, e houve duas empresas que concorreram com um cêntimo ou um euro. A Câmara anulou esse concurso e passado oito dias põe esse mesmo concurso com a base de um milhão e duzentos mil. Queria que nos explicasse a situação ou chame aqui os técnicos como já disse das obras das lombas, que não é da sua responsabilidade, mas sim do técnico e do engenheiro que fizeram o planeamento das lombas. Neste caso também gostaríamos de saber porque é que um arquiteto ou um

engenheiro faz um projeto para o pavilhão, faz as contas para oitocentos mil euros, há um vazio ou uma discordância no concurso e passado oito dias o mesmo projetista aumenta quatrocentos mil euros, uma diferença muito grande.-----

----- Outro assunto, depois de muita insistência nesta Assembleia, queria dar os parabéns ao presidente da Assembleia pela comunicação via email do pagamento das senhas de presença, em seu nome felicito as secretárias e a secretária da Assembleia pela informação que nos tem feito chegar.”-----

**----- RESPOSTA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, FRANCISCO JOSÉ MATEUS ALBUQUERQUE GUIMARÃES:-----**

-----“É importante esclarecer algumas coisas: relativamente à escola de Valverde, não sei como conseguiremos revolver a questão, estamos à espera que o técnico superior desta Câmara faça o protocolo já há quatro anos e eu não posso obrigá-lo a fazer o resto, mas infelizmente quer a Câmara quer a junta de freguesia, estamos aguardar que o faça, porque de facto, queríamos fazer um protocolo como já existem com outras freguesias, mas ainda não foi possível elaborar esse protocolo, perceberá certamente a quem me estou a referir, não quero frisar nomes, vamos mais uma vez enviar outro email por escrito para que esse protocolo saia de uma vez por todas.-----

----- Em relação ao parque das feiras, convém esclarecer que não foi só o parque das feiras ficou deserto, foi esse e o EPVARA-Espaço de Promoção e Valorização das Associações e Raças Autóctones, para mal dos nossos pecados. Os projetistas não são os mesmos, e ainda por cima percebemos que hoje existem muitos concursos abertos a nível nacional, aqui na nossa região não é exceção. Mogadouro foi a primeira vez que tivemos dois concursos públicos desertos, efetivamente um primeiro, falamos relativamente ao parque das feiras acima do valor base que era de oitocentos e noventa mil euros, e os outros todos a zero. No EPVARA ninguém concorreu, portanto aí foi tudo a zero. Houve necessidade do projetista fazer uma reavaliação, foi-nos dado um parecer sobre o assunto, a mão-de-obra subiu, o que não é mentira, os valores de dois mil e dezassete até dois mil e vinte mudaram e as empresas com a quantidade de obras que têm, escolhem as que querem concorrer, é a verdade. Portanto, isto não é só em Mogadouro que está a passar. Posto a concurso, esse foi a concurso o EPVARA ainda não, também foi pedido ao projetista, aliás, nós estivemos aqui na apresentação desse projeto, foi pedido para se fazer a reavaliação. Ela já foi efetuada, são custos que o Município vai ter de suportar, só se agora conseguirmos a reprogramação financeira dessas obras, pode ser que a gente consiga encaixar, principalmente o EPVARA, porque é do Provere. Provere é diferente, sendo que o mercado Municipal é através do BEM-Beneficiação de Equipamentos Municipais, não tem nada a ver, é uma participação do Estado. Neste momento já houve, surgiram dois concorrentes, e, portanto,

está em fase final de adjudicação, para ir para visto do Tribunal de Contas. E o EPVARA irá ser lançado durante a próxima semana a concurso, porque tivemos que fazer a reprogramação financeira no âmbito do PPI-Programa de Parcerias de Investimentos, que atrasou um bocadinho, mas os valores essenciais, são os custos, mão-de-obra, materiais e efetivamente com a construção de dois mil e dezassete para dois mil e vinte que saltaram muito se calhar pela grande oferta de obras públicas que estão a ocorrer no país, e percebemos, porquê, pois está a fechar o quadro comunitário, é esta a situação mas esperamos dentro de pouco tempo, depois do visto que a obra começa, senão esbarramo-nos com o mês de outubro e com os Gorazes.”-----

**----- INTERVENÇÃO DO MEMBRO ILÍDIO GRANJO VAZ: -----**

-----“Relativamente à questão que coloquei sobre a sala, eu acho que, acompanhar a evolução dos tempos é uma meta que todos devemos ultrapassar e obrigatoriamente temos que nos posicionar sobre a evolução dos tempos. Falou-se aqui dos concursos, da disparidade dos concursos, dos valores apresentados, o certo é que, as coisas têm que ser resolvidas. A questão que eu coloquei aqui relativamente à sala, resumiu-se só, simplesmente nisto: na conferência de líderes eu coloquei a questão “*então já temos sala?*”, ao qual me respondeu, “*não sei de nada*”. Coloquei a questão hoje e em meia dúzia de dias já temos sala, afinal valeu a pena.”-----

**----- RESPOSTA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, FRANCISCO JOSÉ MATEUS ALBUQUERQUE GUIMARÃES:-----**

-----“Duas situações que gostava de transmitir, porque acabei de receber não só um telefonema mas também um email, vamos ter aqui uma ação da DOCAPESCA Portos e Lotas, S.A. no próximo dia vinte e sete no âmbito do Conselho de Ministros que se vai realizar em Bragança, o senhor Ministro do Mar estará aqui no próximo dia vinte e sete pelas quinze e trinta para realizar juntamente com uma investigadora Narcisa Bandarra do IPMA e também Joana Pratas Atleta Olímpica de Vela, naquilo que são as vantagens nutricionais e sustentabilidade do pescado, ou seja, está mais direcionado ao Agrupamento de Escolas, é para eles que está direcionado, no entanto se quiserem estar presentes, está agendado para quinta-feira, pelas quinze e trinta na Casa da Cultura.-----

----- Hoje também recebemos da Associação Nacional de Freguesias, isto, para os senhores presidentes de junta, a delegação de Bragança pretende realizar uma formação para autarcas na freguesia no Distrito de Bragança, em Mogadouro, no próximo dia quatorze de abril de dois mil e vinte das nove e trinta às dezassete e trinta, portanto, será na Casa da Cultura, esta ação é feita em Mogadouro com todos os autarcas do Distrito, de qualquer maneira é aberto aos autarcas e também a quem tenha administrativos nessa

área, mas é importante que possam participar neste dia, e eu não queria deixar de vos avisar.”-----

----- **LEITURA DA ATA EM MINUTA:** - No final dos trabalhos e, em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 57.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2018, de 12 de setembro e do n.º 6 do artigo 34.º do Regimento da Assembleia Municipal de Mogadouro, com vista à excecutoriedade imediata dos assuntos tratados, a segunda secretária da Mesa, Carla Lousão, procedeu à leitura da ata em minuta, a qual foi aprovada, por unanimidade. -----

----- Eram onze horas e quarenta minutos, quando o senhor presidente da Mesa, deu por encerrados os trabalhos, do que, para constar, se lavrou a presente ata que eu, Anabela Mendes Pereira, primeira secretária da Assembleia Municipal, redigi e subscrevi:-----

A 1.ª Secretária da Assembleia Municipal,

  
-----  
(Anabela Mendes Pereira)

O presidente da Assembleia Municipal,

  
-----  
(Jorge José Martins Dias, prof.)

---

Esta ata é constituída por 11 321 palavras, distribuídas por 26 páginas e 1104 linhas